

## Rating

**A**Boa capacidade  
para honrar  
compromissos  
financeiros.Risco muito  
baixo de *default*.

Data: 05/abr/2007

## FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 05 de abril de 2007, atribuiu o *rating A* de longo prazo, em escala nacional, ao Município do Rio de Janeiro.

A atribuição do *rating* fundamenta-se na boa capacidade que o Município apresenta para honrar seus compromissos financeiros, observando principalmente seu baixo nível de endividamento, geração de superávits primários, significativa participação na composição da economia do Estado (35,5% em 2004) e na economia nacional (4,2%), inclusive superando alguns Estados. Houve cumprimento de todos os indicadores de desempenho da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mesmo que próximo aos limites estabelecidos, revelando certo comprometimento com o ajuste e equilíbrio fiscal, bem como não há registro de precatório e sistema previdenciário relativamente equilibrado. O município mantém em seu portal de internet todos os relatórios sobre a gestão das contas fiscais, revelando bom grau de transparência das informações.

Por outro lado, há fatores que impedem uma classificação melhor do *rating*, como a questão da segurança que tem afetado diretamente o setor de turismo, incorrendo em perda do potencial de geração de receita, inclusive porque o município tem moderado nível de independência financeira. Além disso, a base governista na Câmara dos Vereadores é a menor parte (40%), impondo riscos de aprovação de medidas encaminhadas pelo Executivo.

Também é evidente o processo de desindustrialização no município, inclusive perdendo participação nos últimos anos para as regiões periféricas, incorrendo em redução do dinamismo da economia local em relação a seus pares, comprometendo, portanto, sua capacidade de geração de recursos no longo prazo.

Outros fatores avaliados que ampararam a atribuição da classificação foram: (i) baixo nível da relação Dívida Consolidada Líquida (DCL) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), fato que mantém boa margem para endividamento com políticas de desenvolvimento econômico; (ii) bons índices na avaliação de indicadores sociais comparativamente ao Estado, revelando que as políticas sociais aplicadas têm sido acertadas, destacando sua continuidade e reflexos positivos no longo prazo; (iii) boa infra-estrutura logística, fator que, no médio prazo, reduz a necessidade de realização de novos investimentos; e (iv) modernização nos processos de arrecadação tributária com desenvolvimento de programas eletrônicos de compra via pregão, reduzindo os custos do município, fator que eleva o nível de eficiência na gestão fiscal.

**Sobre o Rating:****Perspectiva:** Estável**Observação:** -**Histórico:**

Abr/07: Atribuição A

**Última Revisão:** -**Próxima Revisão:** em 6 meses**Data-base:** -**Validade:** -

Analista responsável:

Alex Agostini  
Tel.: 55 11 3377 0710  
alex.agostini@austin.com.brAustin Rating Serviços Financeiros  
Rua Leopoldo Couto Magalhães,  
110 – conj. 73  
São Paulo – SP  
CEP 04542-000  
Tel.: 55 11 3377 0707  
Fax: 55 11 3377 0739  
www.austin.com.br

## PERSPECTIVA

Perspectiva **estável**. Essa perspectiva reflete a expectativa da Austin Rating de que o Município do Rio de Janeiro continue empenhando esforços em políticas administrativas, focadas não apenas no cumprimento dos indicadores fiscais contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas também na reformulação das políticas na área de segurança para reverter o processo de êxodo do turismo, com destaque para a ampliação dos investimentos em educação e formação profissional.

Há também a necessidade de realizar políticas de investimentos focadas no estímulo ao setor fabril, que perdeu significativa parcela nos últimos anos, incorrendo em redução da arrecadação, melhorando o desempenho econômico da região.

A divulgação dos resultados das finanças do Município nos próximos meses será determinante para uma melhora ou piora do *rating*, face às medidas implantadas ou não pela atual gestão.

#### Fatores Positivos

- Baixo nível de endividamento apontado pela relação DCL/RCL;
- Cumprimento de todos os indicadores de desempenho da LRF, mesmo que próximo ao limite determinado;
- Maior transparência e eficiência da gestão fiscal, com adoção de sistemas para controle de gastos;
- Boas condições dos passivos contingenciais (sistema previdenciário e ausência de precatórios);
- Continuidade na gestão pública devido à reeleição do atual prefeito.

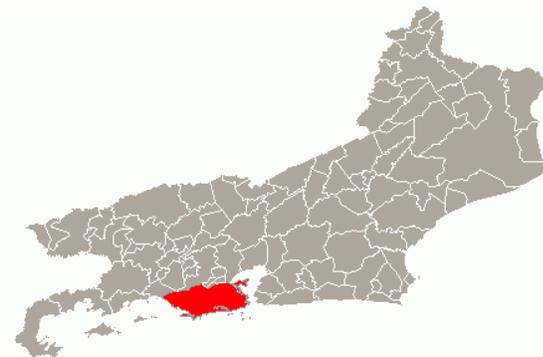
#### Fatores Negativos

- Perda de competitividade econômica nos últimos anos, incorrendo em perda de dinamismo na arrecadação de tributos próprios (geração de receitas);
- Aumento das despesas com pessoal nos últimos anos, onerando gradativamente a execução orçamentária;
- Minoria da base governista na Câmara dos Vereadores;
- Necessidade de elaborar e ampliar medidas para a área de segurança.

### 1. ASPECTO SÓCIO-ECONÔMICO

O Rio de Janeiro se localiza na região Sudeste do Brasil e é a segunda maior cidade do país em termos de população, estimada pelo IBGE em 6.136.652 habitantes para o ano de 2006 (39,65% da população do Estado e 3,25% do total do Brasil). A área do município do Rio de Janeiro é de 1.255,3 km<sup>2</sup>, incluindo as ilhas e as águas continentais, e está dividido em 32 Regiões Administrativas com 159 bairros.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é composta por 17 municípios - Belford Roxo, Guapimirim, Duque de Caxias, Itaboraí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo - que constituem o chamado Grande Rio, com uma área de 5.384 km. Particularmente, Duque de Caxias se destaca pela indústria de derivados de petróleo, fator que a coloca entre as 10 maiores economias do Brasil.



A cidade se caracteriza pela grande atração turística nacional e internacional, por suas riquezas naturais e eventos realizados como carnaval e *reveillon*. Em 2007, a cidade será sede dos Jogos Pan Americanos, evento que trará recursos na área esportiva e investimentos em infra-estrutura (em transporte e hotelaria). O investimento se reverterá

em benefícios à população, mesmo após a finalização dos jogos, uma vez que as instalações de hospedagem para os atletas serão transformadas em residências e hotel. Além disso, os gastos com hospedagem e alimentação dos 500 mil visitantes esperados aumentam a dinâmica econômica da cidade e, conseqüentemente, a capacidade de arrecadação do município.

### 1.1. Diferencial competitivo

O Estado do Rio de Janeiro é a segunda maior economia do país, ficando atrás apenas de São Paulo. O município, por sua vez, é a oitava maior economia, inclusive considerando todas as Unidades da Federação, representando 35,5% do PIB do Estado, sendo quatro vezes maior que o segundo colocado Campos dos Goytacazes, com 8,8%.

O município representou 4,2% do PIB nacional em 2004, sendo o setor de serviços o principal fomento da economia carioca, e que vem aumentando sua participação em detrimento do setor industrial. O valor adicionado dos serviços cresceu 39,7% entre 1999 e 2004, enquanto a indústria cresceu em ritmo menor, de 24,7%.

Em 2004, o valor adicionado industrial representou 2,6% do nacional, quarto colocado do país. Em relação ao Estado, o PIB Municipal teve participação, em 1999, de 58,2%, caindo para 46,7% em 2004. O Rio de Janeiro está seguindo a tendência apresentada pelas capitais brasileiras de perda de espaço na produção industrial devido a fatores como menores custos de produção em cidades periféricas e a maior eficiência da comunicação e distribuição devido aos avanços tecnológicos. Em 2000, o município assegurava a 2ª posição e agora está na 4ª colocação nacional para o VAB industrial.

Apesar da relativa expressividade do PIB do município, em âmbito nacional, em termos de renda per capita o município apresenta números ainda baixos. No *ranking* do Estado, a cidade do Rio de Janeiro ocupa apenas a 20ª colocação, com R\$ 11.250, e no *ranking* nacional ocupa a posição de 919ª entre os mais de 5.560 municípios do país.

O município tem apresentado relativo aumento da participação do setor de serviços na composição do PIB, com destaque para o setor de turismo. Porém, as questões relacionadas à segurança têm motivado o êxodo do turismo para outras regiões do país, afetando de certa forma a capacidade de geração de recursos do município.

### Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Interno Bruto per capita, a preço de mercado Valor Adicionado a preço básico

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	R\$ mil					
<b>PIB</b>	<b>54.083.044</b>	<b>57.753.517</b>	<b>59.636.031</b>	<b>62.872.448</b>	<b>67.605.301</b>	<b>73.974.912</b>
PIB per capita (R\$)	9.314	9.818	10.066	10.538	11.251	12.224
VAB Agropecuária	14.629	17.281	14.879	16.697	15.618	19.378
VAB Indústria	15.287.852	15.649.881	16.079.704	16.424.901	18.341.691	19.055.605
VAB Administração Pública	7.801.575	10.500.995	11.165.296	11.718.075	12.602.754	14.751.449
VAB Serviços	34.178.329	36.942.478	38.701.722	43.521.376	44.927.982	47.729.061

Fonte: IBGE

Elaboração: Austin Rating

### 1.2. Comércio exterior

O comércio exterior da cidade do Rio de Janeiro encerrou o ano de 2006 com superávit de US\$ 17,0 milhões, fruto de exportações de US\$ 2,542 bilhões e importações de US\$ 2,525 bilhões. A balança comercial do Rio de Janeiro respondeu por 1,84% das exportações brasileiras e por 2,76% das importações no ano passado.

Considerando os principais blocos econômicos, os países da ALADI (exclusive o Mercosul) são o maior destino das exportações, com 32,1%, seguido pela União Européia com 16,7%, Estados Unidos com 14,3%, e pela África com 8,3%. Individualmente, o maior mercado é os Estados Unidos, aumentando sua participação de 12,2% em 2005 para

14,0% das exportações do Rio de Janeiro em 2006. Em segundo lugar está o Peru com 11,4%, que aumentou consideravelmente sua participação nas exportações em relação a 2005 (3,2%).

Os principais produtos presentes na pauta de exportações do Rio de Janeiro são: óleos, turborreatores, açúcar, ligas de alumínio em forma bruta, entre outros.

Nas importações realizadas pelo Município em 2006, sobressaem-se as realizadas dos países da União Européia que representam 34,2% do total ante 23,9% em 2005. Em segundo lugar aparecem os Estados Unidos com 21,8%, seguido pelo Mercosul com 20,2% e a Ásia com 13,1%. Os principais itens da pauta de importação estão vinculados à entrada de automóveis, peças para aviões e helicópteros, trigo, medicamentos e outros aviões a turboélice.

### 1.3. Infra-estrutura

A cidade conta com três aeroportos comerciais: o Aeroporto Santos Dumont, localizado no centro da cidade, com capacidade para apenas vôos domésticos, em particular, a ponte aérea Rio-São Paulo; o Aeroporto Internacional do Galeão, localizado na Ilha do Governador, de grande porte com dois terminais de passageiros; e o Aeroporto de Jacarepaguá, na Zona Oeste, sendo utilizado apenas para vôos particulares e esportivos, por ser o de menor porte dentre os três.

O Rio de Janeiro conta com um porto, localizado na costa oeste da Baía de Guanabara e abrange os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e as áreas sudoeste de Goiás e do sul da Bahia, entre outras. Suas instalações contam com 6.740 metros de cais contínuo e um píer de 883 metros de perímetro, com acessos rodoviários para a BR-040, BR-101, BR-116, RJ-071 e RJ-083 e ferroviários pelas malhas da Ferrovia Centro-Atlântica e Campos.

### 1.4. Educação e Saúde

O Município apresenta 95,8% da população alfabetizada, superior aos índices observados no Brasil de 84,4%. A sua classificação no Índice de Desenvolvimento, entre as maiores cidades brasileiras, passou da 5ª para a 4ª colocação em 2005, devido aos avanços maiores do que os de São Paulo em renda per capita e longevidade, cidade que caiu para a 5ª colocação. No Estado, a capital se mantém na segunda colocação, com destaque para o IDHM Educação.

Os indicadores sociais ainda precisam ser melhorados. Considerando-se a grande exclusão social experimentada no município, o crescimento das favelas e índices de violência, a necessidade de investimentos na área é crescente, já que a qualidade de vida da população é fator importante na promoção de crescimento e desenvolvimento de longo prazo.

**INDICADORES SOCIAIS E DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA (2005)**

SETOR	INDICADOR	RIO DE JANEIRO	
		Quantidade	Part.% / Total
POPULAÇÃO	População residente (1º julho)	5.934.048	-
	Habitantes por domicílio	3,1	-
	Natalidade infantil (por mil) (*)		-
	Mortalidade infantil (por mil) (*)		-
INFRA-ESTRUTURA	Total de domicílios permanentes	1.904.183	
	abastecimento de água	1.892.870	99,4%
	Esgoto sanitário	1.897.038	99,6%
	Iluminação elétrica	1.902.992	99,9%
	Telefone	1.530.253	80,4%
	Coleta de lixo	1.619.568	85,1%
EDUCAÇÃO	Taxa de analfabetismo	-	4,2%
	População Alfabetizada	5.232.037	95,8%
	Sem instrução e menos de 1 ano	230.431	3,9%
	1 a 3 anos de estudo	546.009	10,4%
	4 a 7 anos de estudo	1.345.670	25,7%
	8 a 10 anos de estudo	997.344	19,1%
	11 a 14 anos de estudo	1.362.343	26,0%
15 anos ou mais de estudo	585.307	11,2%	
SAÚDE	Estabelecimentos de Saúde	1.595	-
	Públicos	172	10,8%
	Privados	1.423	89,2%

Fonte: IBGE/ PNAD 2001

## 2. RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

### 2.1. Sistema de governo

O sistema de governo usado no Brasil é o presidencialismo. O nível de poder mais alto é o do presidente, seguido pelo vice-presidente, ministros, senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. O sistema presidencialismo é regido pela Constituição da República Federativa do Brasil e considerado um dos mais modernos regimes de governo onde a democracia (direito de todo cidadão participar, criticar e dar sugestões) é amplamente divulgada.

O prefeito César Maia está no cargo desde 2000, fato que melhora a questão da gestão pública devido à continuidade dos processos e políticas instituídas para o alcance do equilíbrio e ajuste fiscal. Em 2004 assumiu seu terceiro mandato, tendo sido prefeito da cidade pela primeira vez no período 1992-1996.

A Câmara Municipal de Vereadores é composta por 50 cadeiras e a base governista formada, em grande parte, pela aliança PFL – PSDB, que detém 20 cadeiras (ou 40%), fato este que mantém moderada margem para aprovação de projetos encaminhados pelo Executivo.

## 3. CONTAS PÚBLICAS

### 3.1. Servidores públicos municipais

A despesa com pessoal ativo apresentou crescimento no período de 2001 a 2006, com exceção para o ano de 2004, sendo sua tendência retomada em 2005. Em 2006, o gasto com pessoal ficou abaixo do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que determina que as despesas com pessoal no exercício não devem ser maiores que 60% da Receita Corrente Líquida (RCL), sendo 54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo. O município cumpriu com a meta, porém, com margem apertada, ficando muito próximo ao limite permitido, fato este que requer maior controle dos gastos, dada sua tendência de crescimento.

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
	R\$ mil					
<b>Despesa com Pessoal (I)</b>	<b>1.957.280</b>	<b>2.449.511</b>	<b>2.885.975</b>	<b>2.830.640</b>	<b>3.056.814</b>	<b>3.487.096</b>
Pessoal Ativo	1.351.946	1.896.734	2.253.377	2.498.225	2.420.513	2.611.116
Pessoal Inativo e Pensionistas	714.390	962.510	1.058.303	1.170.260	1.247.869	1.374.484
(-) Despesas não Computadas	109.056	409.733	425.705	837.845	611.568	583.689
<b>Outras Despesas de Pessoal (II)</b>	<b>208.004</b>	<b>-</b>	<b>84.984</b>	<b>86.907</b>	<b>110.306</b>	<b>85.184</b>
Repasses Previdenciários ao RPPS	nd	69.203	nd	nd	314.361	345.329
<b>Total da Despesa Líquida com Pessoal</b>	<b>2.165.284</b>	<b>2.518.714</b>	<b>2.970.959</b>	<b>2.917.547</b>	<b>3.481.481</b>	<b>3.832.424</b>
<b>Receita Corrente Líquida (III)</b>	<b>4.939.654</b>	<b>5.445.923</b>	<b>5.929.104</b>	<b>6.773.139</b>	<b>7.064.442</b>	<b>7.583.369</b>
<b>% Total da Desp. Com Pessoal para</b>						
<b>Apuração do Limite</b>	<b>43,83%</b>	<b>46,25%</b>	<b>50,11%</b>	<b>43,08%</b>	<b>49,28%</b>	<b>50,54%</b>
<b>Limite Máximo 54,00%</b>	<b>2.667.413</b>	<b>2.940.798</b>	<b>3.201.716</b>	<b>3.657.495</b>	<b>3.814.799</b>	<b>4.095.019</b>
<b>Limite Prudencial 51,30%</b>	<b>2.534.043</b>	<b>2.793.758</b>	<b>3.041.630</b>	<b>3.474.620</b>	<b>3.624.059</b>	<b>3.890.268</b>

nd = não disponível

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Elaboração: Austin Rating

(\*) Fonte: Controladoria Geral do Município

### 3.2. Orçamento municipal de 2007

A Lei Orçamentária Anual (LOA) do município prevê receita e fixa despesas para o exercício de 2007 no valor de R\$ 10.151,7 milhões, sendo R\$ 8,03 bilhões destinados ao Orçamento Fiscal e R\$ 2,12 bilhões ao Orçamento de Seguridade Social. A LOA tem base nas seguintes projeções de parâmetros macroeconômicos para 2007: i) IPCA de 4,5%; ii) IGP-DI de 4,5%; iii) PIB 4,7%; iv) taxa de câmbio R\$/US\$ 2,33. Além disso, foram consideradas as evoluções da arrecadação mensal dos três últimos exercícios. É necessário destacar que as estimativas para taxa de crescimento do PIB de 4,7% e a taxa de câmbio de R\$ 2,33/US\$ estão muito acima das estimativas médias do mercado, portanto, os valores podem estar acima de seu potencial.

A previsão de receita está condizente com a execução dos exercícios anteriores, fato que qualifica o orçamento municipal. Para 2007 estão estimados R\$ 990,8 milhões em investimentos, sendo 25% deste valor direcionado para Desporto e Lazer, por conta da ocorrência dos Jogos Pan Americanos na cidade.

**QUADRO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO  
ORÇAMENTO 2007**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões	Part. %
<b>1. Receitas Correntes</b>	<b>9.329,58</b>	<b>91,90%</b>
Receitas Tributárias	3.587,9	35,34%
IPTU	1.150,0	11,33%
ISSQN	1.912,7	18,84%
ITBI	265,0	2,61%
Outras Receitas Tributárias	260,2	2,56%
Receitas de Contribuições	708,5	6,98%
Receitas Patrimoniais	543,1	5,35%
Receita Industrial	4,7	0,05%
Receita de Serviços	236,7	2,33%
Transferências Correntes	3.611,9	35,58%
Cota-Parte FPM	93,5	0,92%
Cota-Parte ICMS	1.105,0	10,88%
Cota-Parte IPVA	330,0	3,25%
Outras Receitas Correntes	636,8	6,27%
<b>3. Receitas de Capital</b>	<b>822,1</b>	<b>8,10%</b>
Operações de Crédito	220,4	2,17%
Alienações de Bens	273,4	2,69%
Amortizações de Empréstimos	68,4	0,67%
Transferências de Capital	30,0	0,30%
Outras Receitas de Capital	230,0	2,27%
<b>TOTAL</b>	<b>10.152</b>	<b>100%</b>

FONTE: Câmara de Vereadores/ RJ

Elaboração: AUSTIN RATING

### 3.3. Capacidade de arrecadação

O município do Rio de Janeiro tem boa capacidade de arrecadação de recursos, pois, aproximadamente 63% das receitas são de origem própria, sendo a principal delas a Receita Tributária em que o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) representou, em 2006, 20,3% (R\$ 1,7 bilhão) das Receitas Correntes. As Transferências Correntes têm papel importante na arrecadação, com 39,7% de participação na Receita Corrente, sendo a Cota-Parte ICMS a maior fonte de transferência.

A dependência de transferências de recursos vem apresentando leve redução ao longo dos últimos anos, devido ao crescimento, em maiores níveis, da receita própria. Em 2006, as Transferências Correntes representaram 39,7% da Receita Corrente, enquanto em 2001 representavam 43,0%.

No exercício de 2006, as transferências correntes de maior expressão são as provenientes do Estado no valor de R\$ 1,766 bilhão, sendo a principal a Cota-Parte do ICMS no valor de R\$ 1,247 bilhão. Para 2007 estão previstas receitas provenientes de transferências intergovernamentais de R\$ 3,535 bilhões, sendo o Estado responsável pelo valor de R\$ 1,668 bilhão, e a União responsável por R\$ 1,145 bilhão. A previsão orçamentária para o exercício de 2007 está de acordo com a realização da receita realizada em 2006, o que demonstra conservadorismo quanto à previsão orçamentária.

**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

	R\$ mil					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
<b>Receitas Correntes (I)</b>	<b>5.330.425</b>	<b>6.210.412</b>	<b>6.768.436</b>	<b>7.460.836</b>	<b>7.788.069</b>	<b>8.384.925</b>
Receita Tributária	1.933.490	2.149.331	2.329.485	2.641.688	2.939.726	3.201.659
IPTU	641.960	721.695	820.151	940.598	1.014.974	1.047.540
ISS	1.021.613	1.107.995	1.170.703	1.324.203	1.503.740	1.702.769
ITBI	133.103	170.090	170.090	183.658	213.973	236.383
Outras Receitas Tributárias	136.814	149.552	165.675	193.229	207.040	214.966
Receita de Contribuições	110.559	322.190	407.890	492.202	523.723	593.691
Receita Patrimonial	629.973	679.314	811.127	511.562	514.679	527.618
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	5.521	5.159	6.597	6.174	5.280
Receita de Serviços	95.414	108.157	124.835	140.003	99.008	94.208
Transferências Correntes	2.294.391	2.626.469	2.790.297	3.028.743	3.209.037	3.332.335
Cota-Parte do FPM	nd	nd	nd	72.408	90.675	97.561
Cota-Parte do ICMS	nd	nd	nd	1.165.703	1.186.818	1.246.667
Cota-Parte do IPVA	nd	nd	nd	253.167	279.083	302.149
Transferências do FUNDEF	nd	nd	nd	644.698	681.275	735.857
Outras Transferências Correntes	nd	nd	nd	892.767	971.185	950.100
Outras Receitas Correntes	266.598	319.430	299.643	640.041	495.722	630.134
<b>Deduções (II)</b>	<b>390.769</b>	<b>764.489</b>	<b>839.328</b>	<b>687.697</b>	<b>723.626</b>	<b>801.556</b>
Transferências Constitucionais Legais	280.211	285.746	268.956	nd	nd	63.129
Contrib. Plano Seg. Social Servidor	110.558	322.188	407.887	492.201	523.723	527.238
Compensação Financ. Entre Regimes Prev.	nd	1.743	1.381	4.213	2.296	4.248
Dedução da Rec. p/ formação do FUNDEF	-	154.812	161.104	191.283	197.607	206.941
<b>Receita Corrente Líquida (I-II)</b>	<b>4.939.656</b>	<b>5.445.923</b>	<b>5.929.108</b>	<b>6.773.139</b>	<b>7.064.443</b>	<b>7.583.369</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Elaboração: Austin Rating

(\*) Fonte: Controladoria Geral do Município - RJ

#### 4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

##### 4.1. Resultado orçamentário

A cidade do Rio de Janeiro apurou R\$ 8,7 bilhões em receitas e R\$ 8,3 bilhões em despesas no ano de 2006, incorrendo em um superávit orçamentário de R\$ 371 milhões contra um déficit de R\$ 10,5 milhões registrados em 2005. Entretanto, segundo o histórico dos últimos seis exercícios, a metade apresenta déficit, o que demonstra uma situação ainda não sustentada do governo em relação ao resultado orçamentário, devendo, portanto, passar por ajustes fiscais nos próximos exercícios.

Especificamente, entre os exercícios de 2004 e 2005, houve redução nominal da Receita Total de 0,14%, resultado da diminuição de 36,8% da Receita de Capital, o que explica, em parte, o déficit ocorrido em 2005. Já no exercício de 2006, a receita realizada retomou sua trajetória crescente e o resultado orçamentário foi positivo.

No grupo das despesas realizadas pelo Município, a despesa bruta com Pessoal e Encargos Sociais representou 56,02% do total de 2006, ratificando a tendência crescente registrada desde 2001, quando a despesa com Pessoal e Encargos Sociais representou 33,48% da despesa total.

Os gastos com investimentos em 2006 ficaram no patamar de R\$ 682,6 milhões, ou seja, 22,5% maior que o nível atingido em 2005 de R\$ 557,1 milhões, porém menor que o de 2005 (R\$ 724,1 milhões). O bom nível de investimentos realizados pelo município é resultado dos esforços para melhoria de infra-estrutura para realização dos Jogos Pan Americanos. Obras para a construção do Estádio João Havelange, edificações de hospedagem dos atletas, parque olímpico, entre outras, contam com o dispêndio da Prefeitura e de entidades privadas e trará benefícios à população após a realização do evento.

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

	R\$ mil					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>Receitas Correntes</b>	<b>5.330.422</b>	<b>6.055.602</b>	<b>6.607.330</b>	<b>7.566.333</b>	<b>7.649.368</b>	<b>8.177.984</b>
Receita Tributária	1.933.490	2.149.332	2.329.485	2.641.689	2.939.726	3.201.659
Receita de Contribuições	110.560	322.190	407.890	492.201	523.723	593.691
Receita Patrimonial	646.538	679.280	811.127	511.561	517.691	527.618
Receita Industrial	nd	5.522	5.158	6.595	6.174	5.280
Receita de Serviços	102.071	108.158	124.836	140.003	99.025	94.208
Transferências Correntes	2.294.391	2.471.656	2.629.191	3.134.244	2.999.264	3.125.394
Outras Receitas Correntes	243.372	319.464	299.643	640.040	563.765	630.134
<b>Receitas de Capital</b>	<b>129.906</b>	<b>280.507</b>	<b>384.587</b>	<b>256.178</b>	<b>161.819</b>	<b>525.744</b>
Operações de Crédito	93.307	78.438	89.991	191.638	75.086	22.840
Alienação de Bens	1.830	793	44.366	1.951	19.444	372.064
Amortização de Empréstimos	30.473	47.462	52.254	54.881	62.617	70.535
Transferências de Capital	4.296	3.814	6.395	7.708	4.672	60.304
Outras Receitas de Capital	-	150.000	191.581	-	-	-
<b>Total das Receitas</b>	<b>5.460.328</b>	<b>6.336.109</b>	<b>6.991.917</b>	<b>7.822.511</b>	<b>7.811.187</b>	<b>8.703.728</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>4.035.184</b>	<b>5.353.167</b>	<b>6.027.199</b>	<b>6.507.273</b>	<b>6.922.980</b>	<b>7.326.539</b>
Pessoal e Encargos Sociais	1.503.118	3.092.532	3.589.975	3.956.965	4.328.588	4.667.757
Juros e Encargos da Dívida	250.829	382.601	428.926	433.073	476.705	511.874
Outras Despesas Correntes	2.281.237	1.878.034	2.008.298	2.117.235	2.117.687	2.146.908
<b>Despesas de Capital</b>	<b>454.474</b>	<b>931.996</b>	<b>1.198.831</b>	<b>874.818</b>	<b>759.897</b>	<b>815.751</b>
Investimentos	320.011	600.947	699.835	724.184	557.165	682.619
Inversões Financeiras	11.726	166.473	291.137	35.496	86.942	22.167
Amortização da Dívida	122.737	164.576	207.859	115.138	115.790	110.966
<b>Refinanciamento</b>		-	-	<b>111.507</b>	<b>138.857</b>	<b>189.779</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>4.489.658</b>	<b>6.285.163</b>	<b>7.226.030</b>	<b>7.493.598</b>	<b>7.821.734</b>	<b>8.332.069</b>
<b>Superávit / Déficit</b>	<b>970.670</b>	<b>(78.944)</b>	<b>(234.113)</b>	<b>328.913</b>	<b>(10.547)</b>	<b>371.659</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.460.333</b>	<b>6.415.051</b>	<b>7.226.030</b>	<b>7.822.512</b>	<b>7.821.735</b>	<b>8.703.728</b>

nd: não disponível

Fonte: Controladoria Geral do Município

Elaboração: Austin Rating

#### 4.2. Resultado Primário e evolução dos indicadores fiscais

O Resultado Primário representa a diferença entre as receitas e as despesas não financeiras. Os números já divulgados da execução orçamentária de 2006 revelam que o Município encerrou o ano com superávit primário da ordem de R\$ 269,4 milhões, superando com boa margem a meta estipulada na Lei de Diretrizes Orçamentárias de R\$ 37 milhões negativos. Houve crescimento de 41,5% em relação a 2005, quando foram apurados R\$ 190,4 milhões de superávit primário. Apesar do crescimento entre os anos de 2005 e 2006, o superávit primário encontra-se no menor nível que o realizado em 2004, quando o resultado apurado foi de R\$ 308 milhões.

Em 2006, a Dívida Consolidada Líquida (DCL) do Rio de Janeiro se manteve no nível de R\$ 3,626 bilhões (47,83% da RCL), abaixo do limite de 120% da RCL, estipulada pela LRF, enquanto que em 2005 este indicador representou 63,48% da DCL (R\$ 4,486,5 bilhões).

O histórico da DCL demonstra os esforços efetivos do governo na sua redução, sendo que quanto menor a dívida, maior a capacidade de endividamento do município para aquecimento da economia e conseqüente elevação da capacidade de arrecadação, influenciando de forma positiva no processo de classificação do *rating*.

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa do Município apresentou superávit de R\$ 2,449,2 bilhões em 2006, ou 32,3% da receita corrente líquida, o que representa aumento de 52% em relação a 2005, quando o superávit foi de R\$ 1,605,7 bilhão. Parte deste resultado é responsabilidade do Funprevi, devido à sua suficiência após inscrição em restos a pagar não processados de R\$ 1,816 bilhão. Esse quadro revela a situação favorável do município em relação ao pagamento de suas obrigações financeiras.

**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
<b>Dívida Consolidada (I)</b>	<b>4.737.103</b>	<b>5.450.756</b>	<b>7.038.189</b>	<b>6.976.875</b>	<b>7.761.499</b>	<b>7.567.112</b>	<b>7.559.890</b>
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual	-	-	6.618.061	6.507.304	7.050.493	6.852.602	6.791.083
Parcelamentos de Dívidas	-	-	-	103.142	59.471	53.651	49.036
Outras Dívidas	4.737.103	5.450.756	420.100	366.429	651.498	660.859	719.771
Precatórios posteriores a 5/5/2000	-	-	28,00	-	37,00	-	-
<b>Deduções (II)</b>	<b>1.139.374</b>	<b>2.457.395</b>	<b>2.393.605</b>	<b>2.391.546</b>	<b>2.406.118</b>	<b>2.830.340</b>	<b>3.933.065</b>
Ativo Disponível	1.118.269	2.440.530	2.313.916	2.169.142	2.319.714	2.692.485	3.459.028
Haveres Financeiros	21.105	16.865	79.689	222.404	86.404	137.855	474.038
( - ) Restos a Pagar Processados	-	-	-	-	-	-	-
<b>Dív. Consolidada Líquida (DCL)=(I-II)</b>	<b>3.597.729</b>	<b>2.993.361</b>	<b>4.644.584</b>	<b>4.585.329</b>	<b>5.355.381</b>	<b>4.736.772</b>	<b>3.626.824</b>
<b>Receita Consolidada Líquida - RCL</b>	<b>4.182.282</b>	<b>4.939.654</b>	<b>5.445.923</b>	<b>5.929.104</b>	<b>6.773.139</b>	<b>7.064.442</b>	<b>7.583.369</b>
<b>% da DC sobre a RCL</b>	<b>113,27%</b>	<b>110,35%</b>	<b>129,24%</b>	<b>117,67%</b>	<b>114,59%</b>	<b>107,12%</b>	<b>99,69%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL</b>	<b>86,02%</b>	<b>60,60%</b>	<b>85,29%</b>	<b>77,34%</b>	<b>79,07%</b>	<b>67,05%</b>	<b>47,83%</b>
<b>Limite Definido por Resolução do Senado Federal (120%)</b>	<b>5.018.738</b>	<b>5.927.585</b>	<b>6.535.108</b>	<b>7.114.925</b>	<b>8.127.767</b>	<b>8.477.330</b>	<b>9.100.043</b>

Fonte: STN

(\*) Fonte: Controladoria Geral do Município - RJ

## 5. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

A Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, obrigando-se o gestor a agir com transparência e de forma planejada mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas e o controle como premissas básicas.

O Art. 42 da LRF reforça o rigor na gestão fiscal: “É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.”.

### RELATÓRIOS EXIGIDOS PELA LRF

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO**  
Esses relatórios são de responsabilidade do Poder Executivo e devem ser publicados a cada dois meses.

**Relatório de Gestão Fiscal – RGF**  
Esses relatórios são de responsabilidade de cada Poder e órgão (Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público) e devem ser publicados a cada quatro meses.

Tipo de Despesa	Limite
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>Despesa total com pessoal do Poder Executivo em relação à RCL</b>
	<b>Limite Prudencial:</b> até <b>51,30%</b> da RCL
	<b>Limite Máximo:</b> até <b>54,40%</b> da RCL
	<b>Despesa total com pessoal Consolidada em relação à RCL</b>
	<b>Limite Prudencial:</b> até <b>57,00%</b> da RCL
	<b>Limite Máximo:</b> até <b>60,00%</b> da RCL

<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>120 % da RCL</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>Operações de Crédito Internas e Externas: 16,00 % da RCL</b> <b>Operações de Crédito por Antecipação da Receita: 7,00% da RCL</b>

### 5.1. Indicadores de desempenho da LRF

Anualmente, os municípios devem publicar os Relatórios previstos na LRF e a Prefeitura do Rio de Janeiro tem cumprido com grande clareza esta determinação. O Município tem se esforçado para cumprir todos os indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal.

As despesas com Educação estão acima das determinadas pela lei, porém, vem apresentando gastos cada vez menores ao longo dos anos, assim também ocorreu com as despesas na área da saúde. Cabe ressaltar que essas duas áreas são essenciais para o desenvolvimento sócio-econômico de longo prazo de uma região, e que sua redução pode diminuir os níveis de atividade econômica e de qualidade de vida da população, incorrendo em maior necessidade de investimento no futuro.

As despesas com juros e encargos, e amortizações da dívida alcançaram o nível de R\$ 622,8 milhões, ou seja, 10,71% da RCL, valor maior que o ano anterior, quando as despesas com a dívida representaram 10,35% da RCL. Mesmo assim, o município cumpriu com o teto estabelecido pela Resolução nº. 43 do Senado Federal de 11,5% com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais têm se mantido dentro do limite de 54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo. Em 2006, os gastos somaram 53,85% da RCL, porém, os anos de 2005 e 2006 apresentam alta relativa ao ano de 2004, quando a despesa representou 46,04% da RCL. Apesar do cumprimento das metas determinadas na LRF, a tendência de alta observada deve ser acompanhada com proximidade pelo poder público.

### INDICADORES DE DESEMPENHO DA L.R.F.

INDICADORES	LIMITES	Valores em % da RCL					
		2001	2002	2003	2004	2005	2006
Pessoal e Encargos sociais/Consolidado	< ou = 60% da RCL	48,07%	49,18%	53,35%	46,04%	52,50%	53,85%
Pessoal e Encargos sociais/Poder Executivo	< ou = 54% da RCL	44,29%	46,25%	50,11%	43,08%	49,26%	50,54%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	< ou = 120% da RCL	60,60%	85,29%	77,33%	79,07%	63,48%	47,83%
Operações de Crédito Interna/Externa	< ou = 16% da RCL	1,89%	1,44%	1,52%	2,83%	1,06%	0,30%
Vinculações Constitucionais - Educação	> ou = 25%	31,95%	30,55%	31,29%	25,76%	26,10%	25,83%
Vinculações Constitucionais - Saúde	> ou = 15%	9,97%	15,15%	17,72%	17,05%	16,99%	15,73%
Investimento	% da RCL	6,48%	11,03%	11,80%	10,69%	7,89%	9,00%
<b>Receita Corrente Líquida (RCL) - em R\$ Milhões</b>		<b>4.939,65</b>	<b>5.445,92</b>	<b>5.929,10</b>	<b>6.773,13</b>	<b>7.064,44</b>	<b>7.583,36</b>

provável - nd: não disponível

Fonte: Controladoria Geral do Município

Elaboração: Austin Rating

### 6. INOVAÇÃO E EFICIÊNCIA NA GESTÃO

O município do Rio de Janeiro tem procurado inovar na área de gestão fiscal, adotando sistemas eletrônicos para melhorar a eficiência tanto na base dos dispêndios quanto de arrecadação. Além da maior agilidade e transparência nos processos, que inibe a sonegação, um dos principais objetivos é racionalizar os recursos públicos com redução dos custos operacionais, bem como a redução dos preços pagos pelas unidades compradoras, melhorando os sistemas de controle internos e externos.

O principal sistema que aumentou o nível de eficiência e redução dos dispêndios públicos foi o de compras eletrônicas para aquisição de materiais ou prestação de serviços, ambos no valor máximo de R\$ 8,0 mil.

A Contadoria Geral do Município também tem contribuído para dar maior transparência à gestão pública, disponibilizando informações gerenciais de execução orçamentária, arrecadação, despesa por função e atividade, dos últimos cinco exercícios. Além dos dados, são realizados relatórios atualizados sobre a gestão municipal, como análises do desempenho em relação às metas previstas. Essa ferramenta possibilita o acesso de qualquer cidadão às contas municipais, trazendo transparência à gestão, fato que reflete de forma positiva no processo de classificação do *rating*.

#### 6.1. Compra Eletrônica

O objetivo do sistema de Compra Eletrônica adotado pela prefeitura do Rio de Janeiro é semelhante ao sistema de Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo – que é a negociação do preço dos bens adquiridos pelo setor público, por meio de procedimentos eletrônicos, com a garantia, por parte do setor público, do pagamento aos fornecedores na data de seu vencimento, ajustada no contrato. ([www.pcrj.rj.gov.br](http://www.pcrj.rj.gov.br)).

Procedimentos de Compras realizados no sistema:

- **Pregão eletrônico** – corresponde às compras de materiais e prestação de serviços de qualquer natureza até o limite de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), para as Secretarias, Autarquias e Fundações, Universidades e Municípios, dando oportunidade aos fornecedores interessados em apresentar suas ofertas de preços, sem serem identificados até o final do processo.

### 7. PASSIVOS CONTINGENCIAIS

#### 7.1. Previdência social

O Sistema Previdenciário da cidade do Rio de Janeiro, PREVIRIO, é responsável pelo pagamento de 51.716 aposentados e 13.800 pensionistas. A fonte de custeio do sistema previdenciário tem origem na contribuição dos servidores (11%) e contribuição patronal (22%). Os benefícios previdenciários sob responsabilidade do Fundo Especial de Previdência (FUNPREVI) se dividiram em 2005 em Aposentadoria por Invalidez (2 mil), Aposentadoria por Tempo de Contribuição (50 mil) e Pensão por morte (13.800 pensionistas).

Em 2005, alcançou a disponibilidade financeira de R\$ 2,0 bilhões, um aumento de 11,1% em relação ao mesmo período anterior (último dado disponível). Além disso, os ativos do PREVIRIO (R\$ 285,4 milhões) apresentaram rentabilidade de 13% a.a., os ativos do FUNPREVI (R\$ 1,747 bilhão) de 11,9% a.a. e os ativos do Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Municipal – FASS (R\$ 3,6 bilhões) de 12,1 % a.a., acima da meta atuarial, de 6% a.a. O PREVIRIO também atua em Programas de Carta de Crédito para financiamento de imóveis, aquisição de computadores destinados aos funcionários municipais, com desconto em folha.

A situação previdenciária da cidade do Rio de Janeiro tem se demonstrado capaz de honrar seus compromissos e ainda promover linhas de financiamento e benefícios para o funcionalismo municipal, o que demonstra solidez nas contas da PREVIRIO e capacidade de pagamento dos benefícios sem repasses do Tesouro Municipal.

Desta forma, os recursos do Executivo têm maior disponibilidade para investimento em setores estratégicos e, conseqüentemente, crescimento da arrecadação Municipal. Tal situação do sistema previdenciário municipal reflete de forma positiva no processo de classificação do *rating*.

#### 7.2. Precatórios

Os precatórios são ordens de pagamento contra a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal), originadas a partir de sentenças judiciais transitadas em julgado (art. 100, Constituição Federal de 1988), constituídas em processo formado no juízo da execução, às quais não cabem mais recursos, para satisfazer o credor-exequente. Os precatórios

podem ser dos seguintes tipos: trabalhistas, alimentares e não alimentares.

Os pagamentos dos precatórios são realizados seguindo as regras estabelecidas na legislação, como segue: ordem cronológica, espécie, seqüestro, pequeno valor, valor suplementar, crime de responsabilidade, prazo para liquidação, compensação tributária e intervenção federal.

Conforme o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, o saldo de precatórios em 2006 foi zerado, sendo que desde 2005 a prefeitura não apresentava saldo de precatórios. Em 2004, o valor era de R\$ 37 mil, nível extremamente baixo se comparado ao somatório dos precatórios dos demais municípios do Rio de Janeiro, que em 2004 era de R\$ 303,5 milhões.

O não pagamento de precatórios, ou pagamento parcial do estoque, é ponto importante na avaliação da capacidade de pagamento do Município, visto que essa prática se apóia em decisões judiciais que levam, em média, 10 anos para serem resolvidas, sem qualquer amparo de fatores técnicos concretos que justifiquem a posição do ente público quanto ao não pagamento. Neste sentido, é importante destacar que o Município apresenta responsabilidade quanto ao pagamento de suas dívidas reconhecidas e julgadas.

## 8. AVALIAÇÃO DE RISCOS

Visto que a economia do Município do Rio de Janeiro é fomentada, em grande parte, pela renda gerada no setor de turismo, segmento que o município se destaca em âmbito internacional, na medida em que há o contínuo processo de êxodo para outras regiões do país em decorrência de fragilidades na área de segurança, isso implica em perda de dinamismo futuro de geração de receitas.

A necessidade de se investir na área de segurança, o município incorre em maior demanda de recursos que poderiam ser alocados em investimentos de áreas que aumentem, no longo prazo, sua capacidade de geração de recursos, como, por exemplo, desenvolver políticas para reverter o processo de desindustrialização.

Outro fator de risco é a evolução do gasto com pessoal, ficando mais próximo do limite determinado na LRF. Fato que reduz gradativamente o poder de alocação de recursos e pode resultar em aumento do nível de endividamento para realização de investimentos em infra-estrutura básica e educação e saúde.

## Classificação da Austin Rating em Escala Nacional

<b>AAA</b>	Elevada capacidade para honrar compromissos financeiros. Risco quase nulo de <i>default</i> .
<b>AA</b>	Forte capacidade para honrar compromissos financeiros. Risco irrisório de <i>default</i> .
<b>A</b>	Boa capacidade para honrar compromissos financeiros. Risco muito baixo de <i>default</i> .
<b>BBB</b>	Capacidade adequada para honrar compromissos financeiros. Risco baixo de <i>default</i> .
<b>BB</b>	Vulnerável no curto prazo para honrar compromissos financeiros. Risco médio de <i>default</i> .
<b>B</b>	Mais vulnerável às condições dos negócios e econômicas para honrar compromissos financeiros. Risco alto de <i>default</i> .
<b>CCC</b>	Altamente vulnerável e dependente de condições favoráveis de negócios e econômicas para honrar compromissos financeiros. Risco muito alto de <i>default</i> .
<b>CC</b>	Altamente vulnerável e enfrenta condições de negócios e econômicas adversas sem garantia de honrar compromissos financeiros. Risco altíssimo de <i>default</i> .
<b>C</b>	Compromissos financeiros encontram-se em <i>default</i> com perspectivas remotas de pagamento.

*Os ratings de “AA” a “CC” podem conter os sinais de (+) mais ou de (-) menos para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala.*

**Rating** é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O *rating* pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de *rating* e metodologias, acesse: [www.austin.com.br](http://www.austin.com.br)

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.